

RESENHA

OS POBRES POSSUIRÃO A TERRA: PRONUNCIAMENTO DE BISPOS E PASTORES SINODAIS SOBRE A TERRA

(São Paulo, Paulinas; São Leopoldo, Sinodal, Centro de Estudos Bíblicos-CEBI, 2006)

DANIEL PICCOLI *

É um fato inédito, certamente! Ao todo, 112 entre bispos católicos, uma bispa metodista, bispos e pastores sinodais luteranos, anglicanos e metodistas do Brasil assinam um documento conjunto sobre a luta pela terra. Já por isso o documento mereceria a atenção. Mas são principalmente as questões em foco que o tornam atual e profético, na linha de outros documentos, como **Igreja e problemas da terra**, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 1980), **Os pequenos possuirão a terra**, do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC, 1996), **Por uma melhor distribuição da terra: o desafio da reforma agrária**, do Conselho Pontifício “Justiça e Paz” do Vaticano (1997) e **Diretrizes para a ação missionária na questão da terra**, do Colégio Episcopal da Igreja Metodista (2000).

Os pobres possuirão a terra – o título é uma citação do Salmo 37, 11 – é um documento curto. São 134 números, divididos em quatro capítulos: *Resgatando a história; Situação do campo hoje; Exigências éticas à luz das Sagradas Escrituras e Compromissos eclesiais e exortações pastorais*. Retoma afirmações e posicionamentos de documentos anteriores, como a famosa distinção entre *terra de trabalho* e *terra de negócio* (cf. CNBB, 1980), a doutrina social da Igreja, que considera a propriedade privada não como *um direito incondicional e absoluto* mas um *direito relativo* ao bem comum e ao direito (este, sim, absoluto e incondicional) à vida (cf. **Populorum Progressio**, 23), ou a sentença proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, que afirma, em alto e bom tom, que *“movimentos populares visando implantar a reforma agrária não caracterizam crime contra o patrimônio. A pressão popular é própria do Estado de direito democrático”*.

Chega em boa hora e, por isso, devemos agradecer à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a esses pastores de diferentes denominações cristãs no Brasil. Chega em nossas mãos no momento em que são contabilizadas mais de 230 mil famílias acampadas em todo o Brasil, um exército de mais de um milhão de pessoas, somando-se mulheres, homens e crianças. Clara evidência da total ausência de um programa eficaz de reforma agrária também no governo Lula; clara evidência, também, do agravamento da estrutura fundiária (o latifúndio aumentou sua área em 56 milhões de hectares somente entre 1992 e 1998) e de uma política agrícola totalmente dominada pelo agronegócio.

Traz algo de novo em relação aos documentos anteriores. Nele, encontramos uma concepção mais ampla da terra, entendida como *solo, água, ar, espaço, morada e meio ambiente*, reflexo da atual “crise ecológica” planetária. Encontramos uma denúncia explícita do agronegócio exportador como uma construção ideológica e de mercado, o qual busca ocultar o caráter

concentrador, predador, expropriatório e excludente do latifúndio e da moderna agricultura capitalista. E, como já vem sendo denunciado faz tempo pela CPT, acusa claramente o agronegócio de ser o principal responsável pela violência contra o meio ambiente, a natureza, o patrimônio público e os trabalhadores, mediante a superexploração da mão-de-obra, a utilização de trabalho escravo, conflitos de terra, grilagem, expulsão, ameaças e assassinatos: “*A violência cresce no rastro do agronegócio*” (35).

O documento denuncia ainda o avanço predatório do chamado “hidronegócio”, que coloca em risco não só nossas mais importantes bacias hidrográficas como também a região amazônica, o bioma do Pantanal, a Mata Atlântica, as Chapadas, os Gerais e os Cerrados. Condena o projeto do governo Lula de realizar a transposição do rio São Francisco. Destaca amplamente o papel dos movimentos sociais e populares presentes no campo brasileiro, dos povos indígenas, das comunidades negras, extrativistas, ribeirinhos e de tantos outros que dão continuidade à longa história das lutas camponesas no Brasil.

Após o terceiro capítulo, dedicado às *Exigências éticas à luz das Sagradas Escrituras*, na melhor tradição bíblica ecumênica, que considera a *história da salvação* como uma história de luta e resistência do *povo de Deus* por terras e águas partilhadas, o último capítulo está dedicado aos *Compromissos eclesiais e exortações pastorais*. O documento volta-se aqui primeiramente aos camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, a todos os povos da terra, das águas e da floresta do Brasil, reafirmando a solidariedade às suas causas, lutas e organizações. Em seguida, dirige-se às autoridades, aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário: “*a reforma agrária continua sendo urgente e necessária!*”. Por fim, convoca as Igrejas a colocar suas *forças e seus meios a serviço da causa e das justas iniciativas e organizações* dos camponeses. No desfecho, uma justa homenagem ao padre Josimo Moraes Tavares, com a poesia *A MOR VIDA*, escrita por ele em agosto de 1973:

*Cava a terra
E diz bem baixo:
“Eu tenho a vida!”*

*Não deixa a tua voz
Se perder na imensidão.
Grita mais alto:
“Eu tenho a vida!”*

*Fecha o buraco,
Tua voz penetrará a terra
Nascerá aí um bosque
Será teu fruto.*

*O teu amor
Dará bosques e palmas.
Ao teu amor, dirás:
“Eu tenho a vida!”*

Vida e amor
O amor mora na vida.
A vida, via do amor.
Tudo, a mor vida.

Gritas mais alto,
Para todos ouvirem:
“Eu tenho a vida,
A vida do amor!”

* *Daniel Piccoli é assessor da Equipe Rural e membro do Conselho Editorial dos **Cadernos do CEAS**. Do mesmo Autor, ver “Para não esquecer... leiam (uma resensão à 20ª edição da publicação da CPT)” (resenha), **Cadernos do CEAS**, 217: 83-88, Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 2005). [danielpiccoli@uol.com.br]*